



Handwritten signature in blue ink

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIMIOSO
QUADRIÉNIO DE 2025/2029**

ATA NÚMERO QUATRO

----- ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIMIOSO, REALIZADA NO DIA VINTE E TRÊS DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS. -----

----- Ao vigésimo terceiro dia do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis, pelas nove horas e quinze minutos, no Salão Nobre do edifício sede da Câmara Municipal, reuniu, ordinariamente, a Assembleia Municipal de Vimioso, conforme o ponto 1 do artigo 27º da Lei número 75/2013 de 12 de setembro, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- Ponto Um: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

----- Ponto Um Ponto Um: Leitura resumida do expediente; -----

----- Ponto Um Ponto Dois: Período para intervenções; -----

----- Ponto Dois: PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----

----- Ponto Dois Ponto Um: Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara relativa à atividade municipal e situação financeira do Município; -

----- Ponto Dois Ponto Dois: Apreciação e votação da Alteração n.º 2 – Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita n.º 1; Alteração Modificativa Orçamento da Despesa n.º 1; Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos n.º 1; -----

----- Ponto Dois Ponto Três: Para conhecimento - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso das Entidades Públicas – Declarações previstas no Artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro; -----

----- Ponto Dois Ponto Quatro: Para conhecimento - Regulamentos Municipais – atualização em 2026 de valores de licenças, taxas e/ou preços; ----

----- Ponto Dois Ponto Cinco: Apreciação e votação da minuta de contrato interadministrativo para a delegação de competências no domínio da Educação anos 2026 a 2029; -----

----- Ponto Dois Ponto Seis: **Apreciação e votação da minuta de protocolo de colaboração – “Feira da Rosquiha” – em Argozelo;** -----

----- Ponto Dois Ponto Sete: **Apreciação e votação da minuta de protocolo de colaboração – “Feira do Pão” – em Caçarelhos;** -----

----- Ponto Dois Ponto Oito: **Apreciação e votação da minuta de protocolo de colaboração – “Sábado da Aleluia e Mercado Medieval de Algosó” – em Algosó;** -----

----- Ponto Dois Ponto Nove: **Outros assuntos de interesse para o Município.** -----

3 - PERÍODO PÓS ORDEM DO DIA

----- Ponto Três: **PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA.** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início à sessão pelas nove horas e quinze minutos. A senhora segunda secretária verificou as presenças. Estiveram presentes os senhores membros da Assembleia Municipal: Sérgio Augusto Pires, Maria Cristina Pires Calvelhe de Quina, Carina Machado Lopes, Carlos Manuel Meirinho Martins, Serafim dos Santos Fernandes João, Sandra Manuela Carvalho Vila, Manuel Fernandes de Oliveira, Lurdes Cristina Rodrigues Bráz Pires, Mário Altino Martins Ramos, António Eduardo Lopes Padrão, Marta Alexandra Frexoso Padrão Lopes, Marina Nora Vaz, Hugo Miguel Antão Fernandes, Jorge Alberto Tomé Santos, Francisco António Ataíde Lopes, Daniel Tomé Ramos, Hélder Domingos Ramos Pais, Joana Filipa Carvalho Pires, Adrião Afonso Cordeiro Rodrigues, Manuel Emílio Fonseca João, António Morais Afonso Fernandes, Lucas do Nascimento Anes Brinço, Licínio Ramos Martins e Filipe Manuel Pires Canedo. -----

----- Estiveram presentes, de acordo com o ponto três do artigo quadragésimo oitavo da lei número cento e sessenta e nove de dezoito de setembro, alterada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois de onze de janeiro, o Senhor Presidente da Câmara, António dos Santos João Vaz e a Senhora Vice-Presidente Cristina Maria Oliveira Miguel Rodrigues. -----

----- Antes de se dar início à ordem de trabalhos, o Sr. Presidente da Assembleia apresentou a intenção de propor um voto de solidariedade, tendo em conta os acontecimentos recentes ocorridos na região centro do país, mais concretamente na área de Leiria. Nesse sentido, foi manifestada a intenção de, em nome da Assembleia, apresentar um voto de solidariedade. Não tendo sido

Handwritten signature and initials in blue ink.

meses sem que determinadas situações tenham sido resolvidas na página da Câmara Municipal. O deputado referiu também a ausência de atas das Assembleias na referida página, sublinhando a importância da sua disponibilização atempada. Por fim, manifestou preocupação com atrasos na receção de documentos, desejando que tais situações não se repitam, de forma a evitar que os processos decorram com atrasos significativos. -----

----- De seguida, o Sr. Presidente da Câmara tomou a palavra, começando por cumprimentar todos os presentes e desejar um bom trabalho. Referiu que o posicionamento do executivo é sempre orientado no sentido construtivo e de colaboração institucional, com o objetivo de contribuir positivamente para o funcionamento da Câmara Municipal. Relativamente à questão do cartaz, afirmou tratar-se de uma matéria sensível, com enquadramento de natureza partidária, pelo que não poderia pronunciar-se em detalhe. Ainda assim, reconheceu a ocorrência da situação e lamentou o sucedido, apresentando um pedido de desculpas, considerando inadmissível que um cartaz associado a um apelo ao voto tenha permanecido exposto, num local visível, na freguesia de Santuário, por um período prolongado após o ato eleitoral. No que respeita à publicação de conteúdos na página da Câmara Municipal, esclareceu que existiram diversos constrangimentos, nomeadamente a necessidade de proceder a correções, ratificações e revisões de documentos, incluindo erros ortográficos, gramaticais e imprecisões em declarações de voto. Indicou que alguns documentos apenas foram aprovados recentemente em reunião de Câmara, o que condicionou a sua publicação. Referiu ainda que a publicação dos documentos será efetuada após a sua devida aprovação, estando prevista a sua disponibilização em breve. Relativamente às atas da Assembleia, reconheceu que as mesmas deveriam estar disponíveis, mas explicou que tal não tem sido possível devido a limitações e constrangimentos diversos, reiterando o seu lamento pela situação. -----

----- **Ponto Dois: PERÍODO DA ORDEM DO DIA.** -----

----- **Ponto Dois Ponto Um: Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara relativa à Atividade Municipal e Situação Financeira do Município.**

----- Todos os membros estavam na posse da informação escrita. -----

----- Não houve intervenções. -----



----- Ponto Dois Ponto Dois: Apreciação e votação da Alteração n.º 2 – Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita n.º 1; Alteração Modificativa Orçamento da Despesa n.º 1; Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos n.º 1. -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara, para referir que, como é do conhecimento geral, o Município tem capacidade para executar investimentos relevantes, recorrendo, em grande parte, a financiamento proveniente de fundos comunitários, sendo o restante assegurado pelo Orçamento Municipal, sempre que possível. Relativamente aos documentos apresentados, esclareceu que existiu um lapso numérico, sendo que, em vez de “alteração n.º 1”, deverá constar “alteração n.º 2”, mantendo-se as alterações modificativas como “n.º 1”. Acrescentou que a necessidade de criação de três novos projetos decorre, essencialmente, de dois investimentos de grande dimensão, nomeadamente: o financiamento do Centro de Atividades de Capacitação e Inclusão (CACI) e a aquisição de mobiliário e equipamentos para as residências autónomas. Referiu ainda que as residências de autonomização não poderão entrar em funcionamento sem que estejam devidamente equipadas, sob pena de o Município incorrer em penalizações por incumprimento. Neste sentido, torna-se necessário lançar os respetivos concursos para aquisição de equipamentos, bem como assegurar o reforço do financiamento do CACI. Esclareceu que, numa fase inicial, o financiamento previsto no âmbito do Programa 2030 era de cerca de 45%, tendo sido posteriormente reforçado para cerca de 85%, o que permitiu viabilizar o investimento, estimado em cerca de 1.100.000 euros. Salientou que se trata de um projeto de grande relevância, com impacto significativo ao nível local e regional, nomeadamente na criação de emprego e na resposta a necessidades sociais, evitando a deslocação de utentes para outros concelhos, como Miranda. No que respeita à justificação técnica, informou que a modificação do Orçamento da Receita n.º 1 resulta da necessidade de atualização do Orçamento Municipal de 2026, inicialmente elaborado com base no Orçamento do Estado de 2025, face à aprovação do Orçamento do Estado para 2026. Assim, procedeu-se ao reforço da classificação económica “Estado — Participação Comunitária em Projetos Cofinanciados”. Indicou ainda que os montantes de financiamento previstos incluem, designadamente, o projeto do Centro de Atividades de Capacitação e Inclusão, com uma previsão de

466.569,64 euros para 2026 e 466.563 euros para 2027, bem como a aquisição de equipamentos e mobiliário para as residências autónomas, no valor de 76.680 euros, prevendo-se a sua entrada em funcionamento em junho de 2026. Relativamente à modificação do Orçamento da Despesa n.º 1, referiu que esta reforça diversas classificações económicas do Orçamento Municipal de 2026, com impacto no Plano Plurianual de Investimentos, nomeadamente através da criação de três novos projetos, financiados por fundos comunitários, e da redução de dois projetos não incluídos no PPI. Os novos projetos são os seguintes: Projeto n.º 2026/1/23 – Aquisição de equipamentos e mobiliário para seis residências autónomas; Projeto n.º 2026/1/24 – Centro de Atividades de Capacitação e Inclusão (CACI), cujo concurso será lançado; Projeto n.º 2026/1/25 – Construção de um muro de contenção, na sequência de danos provocados por intempéries e excesso de água, que comprometeram a estrutura existente. Referiu que esta última intervenção resulta da conjugação de vários fatores, nomeadamente condições climatéricas adversas e a própria execução da obra, o que originou a necessidade urgente de intervenção. Concluiu agradecendo a atenção dos membros da Assembleia, salientando que os investimentos em causa, maioritariamente financiados pelo Programa 2030 (cerca de 85%), são de elevada importância para o desenvolvimento do concelho. -----

----- Não tendo havido pedidos de esclarecimento nem intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação, o qual foi aprovado por unanimidade. Colocado à votação, em minuta, foi aprovado por unanimidade. –

----- **Ponto Dois Ponto Três: Para conhecimento - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso das Entidades Públicas – Declarações previstas no Artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;** -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara, e procedeu à leitura de dois mapas relativos às autorizações e aos pagamentos em atraso. Esclareceu que o Município não apresenta, à data, pagamentos em atraso, existindo apenas um montante residual, no valor de cerca de 34.625,20 euros, devidamente justificado na tabela e na declaração anexas à informação prestada. Acrescentou que, na prática, o Município de Vimioso é frequentemente apontado como exemplo pelos fornecedores, uma vez que cumpre, de forma regular e atempada, os seus compromissos de pagamento. -----

----- Não tendo havido pedidos de esclarecimento nem intervenções, a Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

----- **Ponto Dois Ponto Quatro: Para conhecimento - Regulamentos Municipais – atualização em 2026 de valores de licenças, taxas e/ou preços; ----**

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara para dizer que se tornou necessária uma atualização dos valores, com o objetivo de os adequar à realidade atual, bem como proceder à sua melhoria e ajustamento. -----

----- Não tendo havido pedidos de esclarecimento nem intervenções, a Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

----- **Ponto Dois Ponto Cinco: Apreciação e votação da minuta de contrato interadministrativo para a delegação de competências no domínio da Educação anos 2026 a 2029; -----**

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara, para referir que relativamente ao presente contrato, referente ao período de 2026 a 2029, o mesmo decorre das transferências efetuadas pelo Poder Central no âmbito da área da educação, designadamente para o funcionamento e gestão do respetivo departamento. Encontra-se previsto um montante de 124.017 euros, em despesas correntes, para cada um dos anos de 2026, 2027, 2028 e 2029. O orador salientou que estas transferências se destinam ao setor da educação e devem ser devidamente asseguradas, sob pena de comprometer a qualidade de serviços que o município tem vindo a garantir. Referiu, em particular, a reconhecida qualidade do refeitório escolar de Vimioso, considerado, há vários anos, um dos melhores do distrito. Concluiu, sublinhando que não se deve permitir que, por insuficiência de recursos financeiros, ainda que reduzidos, se prejudiquem as condições asseguradas às crianças. -----

----- Não tendo havido pedidos de esclarecimento nem intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação, o qual foi aprovado por unanimidade. Colocado à votação, em minuta, foi aprovado por unanimidade. –

----- O Sr. Presidente da Assembleia sugeriu que os pontos 2.6, 2.7 e 2.8 fossem discutidos em conjunto, uma vez que apresentam o mesmo objeto, sendo posteriormente votados em separado. Assim, o ponto 2.6 diz respeito à apreciação e votação da minuta do protocolo de colaboração relativo à Feira da Rosquilha, em Argozelo; o ponto 2.7 refere-se à apreciação e votação da minuta do protocolo de colaboração relativo à Feira do Pão, em Caçarelhos; e o ponto 2.8

corresponde à apreciação e votação da minuta do protocolo de colaboração relativo ao Sábado de Aleluia e Mercado Medieval de Algosó, em Algosó. -----

----- **Ponto Dois Ponto Seis: Apreciação e votação da minuta de protocolo de colaboração – “Feira da Rosquilha” – em Argozelo;** -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara, para referir que se mantém a tradição associada à realização da Feira da Rosquilha, da Feira do Pão e do Sábado de Aleluia, eventos que já integram o programa regular de feiras do concelho. Acrescentou que, brevemente, será submetida a esta Assembleia uma proposta com efeitos a partir do próximo ano, no sentido de proceder à revisão e melhoria dos protocolos de colaboração existentes. Salientou que não se pretende discriminar positiva ou negativamente nenhuma freguesia, mas antes estabelecer critérios mais justos e equilibrados, incentivando também a apresentação de sugestões por parte dos membros da Assembleia. Referiu que a melhoria dos protocolos contribuirá naturalmente para o reforço da qualidade das feiras, algumas das quais já assumem uma dimensão regional e até distrital, ultrapassando largamente o âmbito inicial com que foram criadas. Informou ainda que a proposta em preparação prevê a definição de um financiamento mínimo de 10.000 euros para as freguesias organizadoras, podendo o financiamento máximo atingir os 20.000 euros, de acordo com critérios percentuais a definir, tendo por base, designadamente, os valores recebidos do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF). Sublinhou que este modelo se afigura mais justo, atendendo às diferenças existentes entre freguesias, nomeadamente em termos de área e população, fatores que influenciam a atribuição do FEF. Destacou que esta solução permitirá às juntas de freguesia maior capacidade de organização e gestão das feiras, reduzindo o risco de prejuízos no final dos eventos. Relativamente às feiras do presente ano, referiu que o Município continuará, à semelhança dos anos anteriores, a prestar apoio logístico e financeiro. Concluiu referindo que é neste enquadramento que se inserem os protocolos em apreciação, cuja aprovação agradeceu. -----

----- O senhor Mário Ramos usou da palavra, começando por cumprimentar os presentes, e referiu que, tal como foi mencionado pelo Sr. Presidente da Câmara, as feiras têm vindo a assumir um papel relevante no desenvolvimento do concelho, contribuindo para a sua dinamização e atraindo visitantes, inclusive de fora do território. Manifestou concordância com o aumento da verba a

disponibilizar pela autarquia, considerando, no entanto, essencial a definição clara de critérios para a atribuição desse financiamento. Saliu a importância de estabelecer parâmetros objetivos — de natureza social, recreativa e cultural — que orientem a distribuição dos apoios, evitando que esta dependa exclusivamente da capacidade organizativa ou da experiência de cada junta de freguesia. -----

----- De seguida, o Sr. Presidente da Câmara respondeu, considerando pertinente a observação apresentada. Referiu que, para além da área e da população, existem outros fatores que devem ser considerados na definição dos critérios de financiamento, salientando que os dados populacionais podem nem sempre refletir com exatidão a realidade. Informou que já foi aprovada, por unanimidade, em reunião de Câmara, a intenção de rever e definir novos critérios de financiamento. Acrescentou que, numa fase inicial, chegou a ser proposta a atribuição de um montante uniforme de 20.000 euros a cada freguesia, proposta essa que não foi considerada adequada, uma vez que não reflete as diferenças existentes entre as diversas feiras e freguesias. Referiu, a título de exemplo, que não seria ajustado atribuir o mesmo montante a feiras com níveis de desenvolvimento distintos, como as de Argozelo e Caçarelhos, em comparação com outras mais recentes, como a de Matela. -----

----- O senhor Licínio Martins, Presidente da União de Freguesias de Caçarelhos e Angueira, usou também da palavra, começando por cumprimentar os presentes. Referiu que a sugestão apresentada pelo deputado Mário Ramos lhe parece pertinente, manifestando, no entanto, reservas quanto à utilização do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) como critério de financiamento das feiras, considerando que este indicador é mais adequado a outro tipo de investimentos, nomeadamente obras. Defendeu que o financiamento das feiras deve assentar em critérios bem definidos e orientados por objetivos claros, tendo em conta o seu contributo não só para a economia local, mas também para a valorização sociocultural do concelho. Partilhou ainda a sua experiência enquanto organizador, salientando que as juntas de freguesia poderiam beneficiar da partilha de experiências entre si. Referiu que existem diferenças naturais entre feiras com longos anos de existência e outras mais recentes, destacando que algumas freguesias iniciam atualmente os seus eventos já com um nível de organização superior ao que existia no passado, o que demonstra o potencial

Handwritten signature and initials in blue ink.

de crescimento destas iniciativas. Sublinhou também a importância de alargar o impacto das feiras para além do espaço da freguesia organizadora, promovendo outras valências do concelho, como o património cultural e arquitetónico, contribuindo assim para uma abordagem mais integrada e transversal. Concluiu referindo que o crescimento deste tipo de eventos é evidente, destacando que outros concelhos da região têm vindo a replicar iniciativas semelhantes, reconhecendo o carácter pioneiro do concelho de Vimioso nesta matéria. Manifestou ainda satisfação pela existência de um consenso alargado quanto ao reforço do investimento neste tipo de eventos, considerando tratar-se de uma aposta estratégica para o desenvolvimento do concelho. O Sr. Presidente da Câmara respondeu, referindo que está previsto o envolvimento de um grupo de trabalho no qual estarão representadas todas as freguesias que já organizam feiras. Sublinhou que a melhoria dos protocolos deverá resultar de um esforço conjunto, refletindo-se não só ao nível do financiamento, mas também na melhoria qualitativa da organização dos eventos. Acrescentou que o Município não dispõe de recursos ilimitados, pelo que não será possível atribuir financiamento de forma indiscriminada. Referiu ainda que a Câmara se encontra a aguardar a eventual publicação de avisos que permitam candidaturas a financiamento externo para este tipo de iniciativas, manifestando a intenção de apresentar candidaturas caso surjam oportunidades nesse sentido. Saliu que a organização de uma feira, por si só, não constitui motivo suficiente para a atribuição de montantes elevados, sendo fundamental garantir critérios de responsabilidade, rigor e qualidade na realização dos eventos. -----

----- De seguida, o senhor António Fernandes, Presidente da Junta de Freguesia de Vimioso, usou da palavra, começando por cumprimentar os presentes. Referiu a intenção de dinamizar novas iniciativas na freguesia de Vimioso, esclarecendo que a Feira Ibérica existente não é organizada pela Junta de Freguesia, mas sim dirigida à população do concelho em geral. Acrescentou que a Junta pretende desenvolver novas atividades, nomeadamente a realização de uma feira ou concurso dedicado a raças autóctones, com destaque para a raça mirandesa, tendo em conta a existência de criadores na região. Por fim, solicitou esclarecimento sobre a possibilidade de apoio por parte do Município para a concretização desta iniciativa. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara respondeu, referindo que acolhe a proposta com agrado, considerando-a uma ideia interessante e diferenciadora. Salientou que não se trata de mais uma feira de carácter generalista, com diversões e artesanato, mas sim de uma iniciativa específica dedicada às raças autóctones, o que valoriza o seu interesse e potencial. Acrescentou que esta iniciativa poderá integrar momentos de convívio, mas sugeriu que, caso venha a concretizar-se, seja calendarizada fora de períodos já marcados por elevada concentração de atividades, nomeadamente a data associada à feira de 10 de agosto, de modo a permitir uma melhor distribuição de eventos ao longo do ano e uma maior dinamização do concelho. Referiu ainda que o Município tem vindo a procurar promover iniciativas regulares, distribuídas pelos vários meses do ano, com o objetivo de incentivar a participação da população e dinamizar a vida social e cultural do concelho. Considerou, por isso, que todas as iniciativas que contribuam para a promoção do concelho são bem-vindas, manifestando abertura para apoiar e colaborar na sua concretização. Sugeriu, por fim, ao proponente que articule diretamente com os serviços municipais, de modo a analisar a viabilidade da iniciativa e os eventuais apoios a conceder. -----

----- De seguida, o senhor Adrião Rodrigues, Presidente da Junta de Freguesia de Santulhão, solicitou a palavra e, após cumprimentar os presentes, referiu que se encontra igualmente a desenvolver uma iniciativa relacionada com as raças autóctones, a integrar na Feira do Azeite da sua freguesia. Informou que, para o presente ano, prevê a participação de exemplares de churra bragançana e de outras espécies, com o objetivo de reforçar a atratividade do evento. Acrescentou que, caso não consiga concretizar esta iniciativa na sua freguesia, pondera reavaliar a continuidade da Feira do Azeite, considerando que os custos associados têm sido elevados face ao retorno obtido. Sublinhou que a integração de diferentes vertentes — nomeadamente a produção agrícola e pecuária — poderá contribuir para aumentar a dinâmica do evento, tendo em conta que Santulhão apresenta uma forte representatividade na criação de caprinos e ovinos, incluindo a raça churra bragançana. Concluiu referindo que pretende desenvolver esforços para concretizar esta iniciativa, por considerar que poderá trazer maior valorização e dinamização à freguesia. -----

----- O senhor Licínio Martins, Presidente da União de Freguesias de Caçarelhos e Angueira, solicitou a palavra e, após cumprimentar os presentes, referiu

Licínio Martins
Adrião Rodrigues

que a ideia da realização de um concurso de raças autóctones de ovinos já existe há algum tempo, não tendo, contudo, sido ainda concretizada. Considerou que, tendo atualmente duas freguesias com essa intenção, seria importante que dialogassem e articulassem esforços, podendo até equacionar a realização do evento em regime alternado, por exemplo, numa base bienal, entre Vimioso e Santulhão. Alertou, no entanto, que, ao falar-se de concursos de raças autóctones, importa ter em consideração que já existe o concurso da raça mirandesa, tradicionalmente realizado na data de 10 de agosto, não lhe parecendo adequado alterar essa calendarização. Justificou que a antecipação deste concurso para a primavera implicaria custos acrescidos para os criadores, que organizam a sua preparação tendo em vista o concurso nacional realizado no final do verão. Referiu ainda exemplos de outros concelhos, como Vinhais, que alterou a data do seu concurso por solicitação dos produtores, e Bragança, onde se têm registado dificuldades na tentativa de antecipação de eventos semelhantes, evidenciando a sensibilidade desta matéria junto dos criadores. Acrescentou que não considera adequado reunir, num mesmo evento, concursos de bovinos com concursos de ovinos e caprinos, defendendo antes a realização de iniciativas específicas para cada tipologia. Sugeriu que um evento dedicado a ovinos e caprinos, eventualmente complementado com a presença do cão de pastor transmontano, poderia ser uma solução mais ajustada, apontando como referência o exemplo da Lombada, bem como o concelho de Macedo de Cavaleiros. Referiu que, apesar de algumas dificuldades recentes, nomeadamente a suspensão de concursos devido a condições climatéricas, existe intenção de retomar estas iniciativas, dado o seu impacto positivo e importância para os produtores. Salientou ainda que, em torno destes concursos, é possível dinamizar outras atividades complementares, contribuindo para o fortalecimento dos eventos. Por fim, recordou uma iniciativa anteriormente promovida em Vimioso, designada “Cachico”, que não teve continuidade local e acabou por ser desenvolvida noutra freguesia, onde alcançou sucesso. Concluiu reforçando a importância da articulação entre freguesias e da organização estruturada destas iniciativas, considerando que existem condições para o seu desenvolvimento. -----

----- O senhor António Padrão solicitou a palavra e referiu que as ideias apresentadas são positivas e bem-vindas. No entanto, alertou para a existência de

alguns constrangimentos legais que importa considerar, nomeadamente no que respeita à realização de concursos de animais. Esclareceu que este tipo de iniciativas exige autorizações específicas, uma vez que o transporte de animais está sujeito a regras rigorosas, incluindo a obrigatoriedade de guias. Acrescentou que, para a realização de concursos devidamente autorizados, as entidades competentes exigem, regra geral, a apresentação da programação com uma antecedência mínima de cerca de seis meses. Salientou que existe uma diferença entre a realização de pequenas mostras informais e a organização de concursos oficiais, sendo estes últimos sujeitos a maior exigência e fiscalização, podendo implicar penalizações significativas em caso de incumprimento. A título de exemplo, referiu que, há cerca de dois anos, um concurso de ovinos não se realizou devido a constrangimentos relacionados com a doença da língua azul, evidenciando a existência de fatores externos que podem condicionar este tipo de eventos. Concluiu, sublinhando que estas iniciativas devem ser planeadas com a devida antecedência e rigor, reforçando a importância do diálogo e da articulação entre as entidades envolvidas. -----

----- Não tendo havido mais pedidos de intervenção nem de esclarecimento, o Sr. Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação, tendo o Presidente de Junta diretamente envolvido no mesmo se absteve de participar na votação. O ponto foi aprovado por unanimidade dos restantes membros presentes. Colocado à votação, em minuta, foi igualmente aprovado por unanimidade. -----

----- **Ponto Dois Ponto Sete: Apreciação e votação da minuta de protocolo de colaboração – “Feira do Pão” – em Caçarelhos;** -----

----- Não tendo havido mais pedidos de intervenção nem de esclarecimento, o Sr. Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação, tendo o Presidente de Junta diretamente envolvido no mesmo se absteve de participar na votação. O ponto foi aprovado por unanimidade dos restantes membros presentes. Colocado à votação, em minuta, foi igualmente aprovado por unanimidade. -----

----- **Ponto Dois Ponto Oito: Apreciação e votação da minuta de protocolo de colaboração – “Sábado da Aleluia e Mercado Medieval de Algo” – em Algo;** -----

----- Não tendo havido mais pedidos de intervenção nem de esclarecimento, o Sr. Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação, tendo o Presidente de Junta diretamente envolvido no mesmo se absteve de participar na votação.

O ponto foi aprovado por unanimidade dos restantes membros presentes. Colocado à votação, em minuta, foi igualmente aprovado por unanimidade. -----

----- **Ponto Dois Ponto Nove: Outros assuntos de interesse para o Município.** -----

----- Neste ponto, o Sr. Presidente da Câmara solicitou a palavra para informar que teria de se ausentar, apresentando as suas desculpas aos presentes. Referiu que, apesar de todos os assuntos em discussão serem relevantes, se tratava de uma situação de carácter urgente, de natureza pessoal e familiar, que se sobrepunha às suas funções no momento. Antes de se retirar, prestou ainda alguns esclarecimentos, informando que irão ser desenvolvidas, a curto prazo, ações de formação com equivalência ao 12.º ano, apelando à sua divulgação, de modo a possibilitar à população a aquisição dessas competências. Indicou que a Sra. Vice-Presidente, Cristina Miguel, prestaria os esclarecimentos adicionais sobre esta matéria. Acrescentou ainda que o Município se encontra atento à problemática da falta de médicos, referindo que existem constrangimentos ao nível das consultas abertas, que, por vezes, se realizam apenas durante dois ou três dias. Informou que estão a ser encetados contactos com o Conselho de Administração e que se prevê a revisão do regulamento, no sentido de encontrar soluções para esta situação. -----

----- O Sr. Francisco Lopes, Presidente da Junta de Freguesia de Argozelo, solicitou a palavra e, após cumprimentar os presentes, começou por felicitar o Executivo pela nomeação do Chefe de Gabinete, considerando tratar-se de uma medida positiva, sobretudo para os Presidentes de Junta, na medida em que facilita o acesso à informação e agiliza a marcação de reuniões com o Executivo. Referiu ainda que o nomeado é uma pessoa conhecida no concelho, reconhecendo-lhe competência e experiência. Relativamente ao Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) e ao protocolo em discussão, salientou a importância de garantir uma distribuição justa, tendo em conta não apenas a área das freguesias, mas também a sua população. Referiu que a sua freguesia apresenta uma das maiores populações, apesar de ter uma área reduzida, considerando que essa realidade deve ser devidamente ponderada na atribuição de apoios. No que diz respeito à Feira da Rosquilha, aproveitou para convidar todos os presentes a participar no evento, que se realizará nos dias 21 e 22 de março. Referiu que a feira tem um impacto significativo na localidade, preven-

do-se uma elevada afluência de visitantes. Indicou ainda ter conhecimento da participação de grupos provenientes de cidades como Paris e Madrid, o que reforça a dimensão e projeção do evento. Por fim, referiu a importância de o Município continuar a apoiar e marcar presença nas diversas iniciativas locais, nomeadamente em atividades de carácter festivo e cultural. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara respondeu, referindo que, em reunião de Câmara, o Sr. Vereador Engenheiro Oliveira apresentou um voto de felicitação pela nomeação do Chefe de Gabinete, Sr. Rui Patrício Ferreira Rito. Nesse voto, foi salientado que, embora nem sempre as nomeações correspondam às expectativas, neste caso têm sido recolhidas referências muito positivas relativamente ao desempenho do referido responsável, destacando-se a forma como tem sabido interpretar o espírito do Executivo. Foi igualmente sublinhada a melhoria já visível no funcionamento da autarquia, evidenciando-se uma nova dinâmica e uma maior eficácia na gestão quotidiana. Foi referido que, apesar de, habitualmente, a compreensão dos processos da administração pública exigir tempo, neste caso tal adaptação tem sido célere e eficaz. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara acrescentou que este reconhecimento público constitui uma forma de valorização da nomeação, dissipando eventuais receios iniciais quanto à sua aceitação. -----

----- Relativamente à intervenção do Sr. Francisco Lopes, referiu que já tinham sido encetados contactos prévios no sentido de melhorar a Feira da Rosquilha, nomeadamente através da criação de iniciativas diferenciadoras que permitam gerar financiamento adicional. Esclareceu que esse desafio foi lançado em articulação com o próprio e com a Confraria da Rosquilha de Argozelo. Salientou que existe a intenção de reforçar a qualidade e dimensão do evento, reconhecendo a importância de Argozelo no contexto do concelho, enquanto uma das duas vilas existentes. Nesse sentido, admitiu a necessidade de um tratamento diferenciado, tendo em conta a relevância e especificidade desta freguesia. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara acrescentou que esteve recentemente reunido com as Juntas de Freguesia de Caçarelhos, Vimioso e Avelanoso, no âmbito do projeto da barragem do Ramalhal, o qual já dispõe de estudo prévio. Referiu que, tratando-se de um projeto de grande dimensão, será fundamental contar com o envolvimento e o apoio das populações locais, sendo necessário

mobilizar todos os intervenientes. Esclareceu ainda que, embora a barragem se localize na zona de Angueira, o seu impacto será mais abrangente, contribuindo para a melhoria da qualidade e da disponibilidade do abastecimento de água ao longo de todo o eixo que se estende até à União de Freguesias de Algosó, Campo de Víboras e Uva. Acrescentou que, com a eventual concretização deste projeto, será possível libertar recursos hídricos para outras zonas do concelho. Referiu igualmente que o tratamento da água nas estações existentes, nomeadamente na ETA do rio Angueira e no rio Maçãs, implica custos elevados, o que reforça a importância de soluções alternativas que permitam melhorar a qualidade da água captada e reduzir encargos. -----

----- De seguida, o deputado Licínio Martins solicitou a palavra, referindo que, apesar de não dispor de toda a informação técnica, considera evidente que quanto menor for a qualidade da água captada, maiores serão os custos associados ao seu tratamento. Destacou que o projeto da barragem do Ramalhal apresenta vantagens nesse domínio, uma vez que se trata de uma captação num afluente sem níveis significativos de poluição, permitindo garantir um abastecimento de maior qualidade. Referiu ainda que este projeto poderá assegurar o fornecimento de água a diversas freguesias, nomeadamente desde a União de Freguesias de Caçarelhos e Angueira, Vale de Frades e Avelanoso, até Vimioso, Algosó e Campo de Víboras. Informou, por fim, que será promovido um abaixo-assinado, apelando à participação de toda a população do concelho, sublinhando que projetos desta natureza, com impacto transversal, exigem o envolvimento coletivo. Concluiu, aproveitando para convidar todos os presentes a participar na Feira do Pão e no Festival da Gaita de Foles, manifestando o desejo de contar com a presença de todos. -----

----- Sra. Vice-Presidente, Cristina Miguel, tomou a palavra para prestar esclarecimentos, começando por cumprimentar os presentes. Referiu que, na sequência do que foi mencionado pelo Sr. Presidente da Câmara, a iniciativa em causa se insere na área da qualificação, tendo sido inicialmente dirigida aos trabalhadores do Município. Informou que existem atualmente 47 colaboradores que não possuem o 12.º ano de escolaridade e que, neste momento, se encontram já 13 inscritos em percursos de qualificação, com vista à conclusão do 6.º, 9.º e 12.º anos. Esclareceu que a formação será desenvolvida em articulação com o Centro Qualifica, sediado no Agrupamento de Escolas Abade de

Handwritten signature in blue ink, possibly reading "Cristina Miguel".

Baçal, em Bragança, encontrando-se ainda em fase de inscrições. Acrescentou que esta iniciativa será, numa fase posterior, alargada à população do concelho, em articulação com as juntas de freguesia. Informou que, numa fase inicial, as ações decorrerão em Vimioso, podendo vir a ser descentralizadas para outras freguesias, caso se verifique um número suficiente de interessados, designadamente cerca de dez participantes por freguesia. Referiu ainda que o início das atividades está previsto para o mês de março, sendo posteriormente divulgadas informações adicionais, nomeadamente através de cartazes a disponibilizar às juntas de freguesia. Sublinhou a importância da qualificação escolar, independentemente da idade dos participantes, destacando que a obtenção de níveis de escolaridade, como o 6.º, 9.º ou 12.º ano, constitui não só uma mais-valia profissional, mas também um fator de valorização pessoal. -----

----- A Sra. Vice-Presidente esclareceu, ainda, que a não presença do Município no Carnaval de Argozelo não teve qualquer intenção negativa. Explicou que, devido às previsões meteorológicas adversas, foi tomada a decisão de dinamizar uma atividade em Vimioso, promovendo uma arruada com participação de crianças, elementos do folclore e população em geral, com o objetivo de animar o centro da vila. Referiu ainda que a deslocação a Santulhão acabou por acontecer, por opção logística e também pela relevância do Carnaval tradicional aí realizado, sublinhando a importância de valorizar as tradições locais. Destacou que muitas crianças conhecem eventos de outras regiões, mas desconhecem iniciativas do próprio concelho, reforçando a necessidade de promover e dar a conhecer o que é local. Referiu ainda que a deslocação a Santulhão resultou, em parte, da opção dos pais em transportar os filhos em viaturas próprias, tendo sido igualmente incluída a passagem por Carção, o que foi bem acolhido. Acrescentou que, embora também fosse possível ter passado por Argozelo, a intenção principal era participar no Carnaval de Santulhão. Sublinhou a importância de concentrar e valorizar determinadas tradições locais, dando como exemplo o Carnaval de Podence, cuja projeção resulta da sua centralização. Defendeu ainda que é importante dar a conhecer às crianças as tradições do concelho, referindo, nomeadamente, os fiadeiros, atualmente em processo de candidatura a património da UNESCO. Reconheceu que a ausência em Argozelo gerou críticas, apresentando esclarecimentos sobre as opções tomadas no âmbito da organização. Apresentou um pedido de desculpas a Ar-

gozelo pela ausência, referindo que, futuramente, poderá haver passagem por várias localidades. Relativamente às feiras, apelou à participação de todos, destacando a importância da Feira da Rosquilha, da Feira do Pão e do Mercado Medieval de Algosos, enquanto eventos relevantes para a promoção do concelho. No que respeita ao Dia da Mulher, informou que será assinalado com um evento no pavilhão, com oferta de bolo, espumante e animação musical por parte do Município, sendo a refeição suportada pelas participantes. Referiu que a organização procurou soluções acessíveis e que a iniciativa visa promover o convívio e a participação. Indicou ainda a possibilidade de, futuramente, se assinalar também o Dia Internacional do Homem. Concluiu manifestando disponibilidade para prestar esclarecimentos e colaborar com as juntas de freguesia sempre que necessário. -----

----- O Sr. Presidente da União de Freguesias de Algosos, Campo de Víboras e Uva, Lucas Brinço, solicitou a palavra e, após cumprimentar os presentes, informou que, no âmbito das feiras, o Sábado de Aleluia e Mercado Medieval se realizará um nos dias 4 e 5, convidando todos os membros da Assembleia a participar, nomeadamente para um almoço a realizar no sábado, cuja confirmação será posteriormente comunicada. -----

----- De seguida, o Sr. António Fernandes, Presidente da Junta de Freguesia de Vimioso, usou da palavra para manifestar preocupação relativamente à realização de provas de "raid", referindo que estas têm causado danos significativos nos caminhos rurais. Saliu que, em alguns casos, os participantes circulam fora dos percursos autorizados, atravessando propriedades privadas e provocando estragos, sem aviso prévio. Referiu ainda que os encargos com a reparação dos caminhos acabam por recair sobre a Junta de Freguesia, não sendo visível o efeito das cauções eventualmente exigidas, defendendo a necessidade de maior controlo, regulamentação e responsabilização das entidades organizadoras. -----

----- A Sra. Vice-Presidente esclareceu que estas situações têm ocorrido com alguma frequência, sendo, por norma, solicitada autorização às juntas de freguesia, dado que os caminhos vicinais são da sua competência. Referiu que, no caso em análise, a Junta de Vimioso terá autorizado a realização da prova. Esclareceu ainda que existe uma caução associada, a qual é restituída mediante confirmação do estado dos caminhos, reconhecendo, contudo, que o valor

poderá não ser suficiente para cobrir danos mais significativos. Acrescentou que, quando ocorrem situações fora do âmbito autorizado, deve ser contactada a GNR. Sublinhou também a necessidade de ponderar a autorização destes eventos, sobretudo em períodos em que os caminhos se encontram em más condições, sugerindo a definição de alternativas, como a utilização de percursos específicos. -----


----- O senhor Licínio Martins reforçou esta preocupação, referindo que, na União de Freguesias de Caçarelhos e Angueira, deixou de autorizar este tipo de eventos, exceto quando existe o compromisso de reparação imediata dos danos. Salientou que, embora reconheça a importância destas iniciativas para a dinamização do concelho, não deve ser permitido que os prejuízos causados superem os benefícios gerados. -----

----- Não tendo havido intervenções nem pedidos de esclarecimento, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação, o qual foi aprovado por unanimidade. Colocado à votação, em minuta, foi aprovado por unanimidade. --

----- **Ponto Três: PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA.** -----

O Senhor Presidente passou ao período pós-ordem do dia, destinado a intervenções do público. Não se encontrando público presente, não houve intervenções. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, irá ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----

O Presidente da Assembleia Municipal



O Primeiro Secretário da Assembleia Municipal



O Segundo Secretário da Assembleia Municipal